

(Re)visitando e (re)pensando o sujeito nulo de 1ª pessoa (singular) no português do Brasil

*Poliana Camargo Rabelo**

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de um teste de julgamento de gramaticalidade aplicado a falantes do português do Brasil (PB) falado no Distrito Federal. O objetivo do *squib* é discutir a necessidade de elaboração de uma base de dados empíricos que sirva de embasamento para a discussão do estatuto do PB em relação ao parâmetro do sujeito nulo. A necessidade dessa base de dados advém da divergência relatada na literatura gerativista a respeito, principalmente, da ocorrência ou não do sujeito nulo de 1ª pessoa nessa língua, o que tem refletido no tratamento teórico proposto para o PB e na sua classificação como língua de sujeito nulo.

Palavras-chave: Sujeito nulo, Teste de gramaticalidade, Português do Brasil

Abstract

This work presents the results of a grammaticality judgement test completed by speakers of Brazilian Portuguese (BP) spoken in the capital of Brazil. The aim of this *squib* is to discuss the importance of developing a larger body of empirical data which can be used to establish whether BP is a Null Subject language. The need for developing such a body of data comes from the fact that there is disagreement in the literature over the grammaticality of 1st person null subjects in BP, which, in turn, has certain implications on the classification of BP as a Null Subject language.

Keywords: Null subject, Grammaticality judgement test, Brazilian Portuguese

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma base empírica (inicial) de sujeitos nulos de 1ª pessoa (singular) no português do Brasil (PB) que permita fomentar a discussão a respeito da ocorrência desse tipo de sujeito na língua — e suas possíveis restrições — e do tipo de categoria relacionada a sua ocorrência.

*Universidade de Brasília, UnB. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Bolsista CAPES, e-mail: poliana.rabelo@gmail.com.

O estatuto do PB quanto ao parâmetro do sujeito nulo tem sido objeto de discussão na literatura desde a década de 80 do século passado. De forma geral, os trabalhos a respeito desse assunto têm defendido que o PB não pode ser considerado uma língua de sujeito nulo (clássica), ou seja, defendem que o PB difere substancialmente de línguas como o italiano.¹

Autores como Duarte (2000) e Galves (2001) propuseram que o PB — provavelmente em decorrência da simplificação do paradigma flexional do verbo, dada a mudança observada no emprego dos pronomes sujeitos nessa língua — passava por um processo que resultaria na remarcação do parâmetro do sujeito, ou seja, o PB deixaria de ser uma língua de sujeito nulo. Duarte mostra, utilizando metodologia da sociolinguística variacionista, que 74% dos sujeitos de 1ª pessoa no PB são lexicalizados.²

Outros autores tratam os casos em que o pronome sujeito não é realizado fonologicamente como manifestação de fenômenos distintos do do parâmetro do sujeito nulo do modo como foi classicamente formulado. Modesto (2000), por exemplo, relaciona-os a características especiais de *pro* ou do modo de identificá-lo. Há autores que os relacionam a fenômenos distintos do sujeito nulo (Negrão (1986) os analisa como manifestação de um tópico nulo, Figueiredo-Silva (1996), como um operador, e Rodrigues (2004), como uma cópia apagada de um sintagma movido, se de 3ª pessoa, e como tópico nulo, se de 1ª pessoa). Modesto (2000, 2004, 2007) e Negrão (1996) procedem à análise do sujeito nulo no PB baseando-se em dados do sujeito nulo de 3ª pessoa exclusivamente – sem fazer menção ao sujeito de 1ª pessoa. Figueiredo-Silva (1996) e Rodrigues (2004) apontam para uma assimetria entre matriz e subordinada, no que concerne ao sujeito nulo de 1ª pessoa, chamando a atenção, ainda, para o fato de que, em construções de perguntas *Qu-*, o sujeito não pode ser nulo.

- (1) a. Comprei um carro ontem
b. *O que (que) comprei ontem?
c. A Maria disse que vendi o carro muito caro (FIGUEIREDO-SILVA, 1996, p. 120-122)
- (2) a. *Quem esqueci de citar
b. *Eu comprei aquele vestido que vi ontem (RODRIGUES, 2004, p. 83-85)

¹A literatura sobre o sujeito nulo no PB é muito mais vasta que a aqui mencionada, mas as propostas citadas são representativas do tipo de abordagem que esse tipo de sujeito vem recebendo.

²Duarte realizou sua pesquisa na abordagem que ficou conhecida como sociolinguística paramétrica (uma proposta de unificação de aspectos da gramática gerativa e da sociolinguística laboviana).

Na contramão dessas pesquisas, Rabelo (2010) procede à sua análise do sujeito nulo considerando ser possível o apagamento do pronome em qualquer pessoa, o que significa dizer que os exemplos em (1) e (2) são considerados gramaticais. A autora propõe que as particularidades relacionadas à 3ª pessoa decorrem de uma propriedade lexical do morfema de 3ª pessoa no PB, e não de uma propriedade sintática relacionada ao sujeito nulo, e que o PB licencia sujeitos nulos referenciais de 1ª pessoa (e possivelmente de 2ª pessoa em dialetos que mantêm a marca morfológica de concordância de 2ª pessoa no verbo).

Buscando-se confirmar a descrição dos dados realizada em Rabelo (2010), uma vez que essa descrição coincidia com o julgamento de pessoas informalmente consultadas durante a pesquisa, mas diferia substancialmente do que vinha sendo proposto pelos autores mencionados na seção anterior, foi aplicado um questionário a falantes de diferentes idades e, portanto, de diferentes níveis de escolaridade. O questionário aplicado compõe-se de três partes.³ A parte I contém 22 sentenças em contexto neutro (*out of the blue*), que deveriam ser julgadas e às quais deveriam ser atribuídos os números 1, 2 ou 3, que correspondiam, respectivamente, aos seguintes critérios: Soa completamente natural e é algo que eu diria; Soa estranho, mas eu não ficaria surpreso se ouvisse outra pessoa dizendo isso; Soa completamente errado e ninguém diria isso.⁴ Essas sentenças, com sujeitos nulo de 1ª e 3ª pessoas, são afirmativas, negativas e interrogativas do tipo sim/não, podendo o sujeito nulo estar na oração matriz — ou absoluta — ou na subordinada — completiva ou adverbial —, ou ainda no primeiro ou no segundo par de orações coordenadas. A parte II contém uma simulação de diálogo entre mãe e filha e a parte III, um pedido de um internauta, retirado do site Yahoo Respostas.⁵ Nessas duas últimas partes, o diálogo e o trecho deveriam ser julgados como um todo, e o respondente poderia propor alterações se achasse que falaria algum trecho de modo diverso do que foi apresentado.

Oito questionários foram distribuídos e quatro participantes retornaram as respostas. Um deles com 41 anos e doutorado incompleto; dois, com 18 anos e Ensino Médio incompleto, um de 11 anos, que não respondeu a escolaridade. Na folha de instruções, os participantes foram orientados de que não havia resposta certa ou errada e de que, ainda que alguma sentença não fosse aceitável na escrita formal,

³A elaboração desse questionário foi baseada em Collins et al (2009), especialmente a proposta de numeração e seu significado.

⁴Por um erro, a numeração das sentenças no teste termina em 23, já que houve um salto do número 18 para o 20.

⁵Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090108040558AAFqKhi>. Acesso em: 19 de março de 2015.

deveria ser julgada considerando-se apenas o fato de soarem ou não naturais.

O resultado mais significativo se refere ao fato de que nenhum dos respondentes julgou, seja na parte I, seja na parte II, sentenças com o número 3, que corresponderia ao julgamento agramatical. Os resultados relativos à presença do sujeito nulo nos dois blocos de oração apresentados a seguir chamaram a atenção por terem as sentenças sido julgadas majoritariamente com o número 1. A numeração a seguir corresponde à adotada no teste.

PARTE I

(1) *Já cheguei.*

(2) *Eu já fiz tudo isso.*

(3) *Já voltou do cinema.*

(4) *Ele já jantou.*

(5) *Não sei de nada do que aconteceu.*

(6) *Eu não vejo nada de interessante por aqui.*

(7) *Posso sentar aqui?*

(8) *Eu devo ler essa notícia também?*

(9) *Tô tão preocupada.*

(10) *Eu queria ter dormido mais um pouco.*

(21) *Alguém bateu com a língua nos dentes ontem e contou pra chefe que saí mais cedo.*

(22) *Não sei onde tava com a cabeça quando aceitei participar dessa reunião.*

(23) *Venho aqui todo dia e nunca tinha reparado nesse azul do telhado.*

As sentenças (1), (7), (9), (10), (22) e (23) foram julgadas com o número 1 pelos quatro participantes. As sentenças (2) e (6) foram julgadas com 1 pelos participantes de 41 e de 11 anos de idade e com 2 pelos dois participantes de 18 anos. A sentença (5) foi julgada com 2 por um dos participantes de 18 anos e com 1 pelos demais. A sentença (8) foi julgada com 2 pelos quatro participantes e a sentença (21), com 2 por um dos participantes de 18 anos de idade. Dado que nas sentenças (2), (6) e (8) o sujeito é realizado pelo pronome *eu*, é de se supor que a degradação na aceitabilidade se dê por razões que nada têm a ver com o sujeito — que era a propriedade testada. Conclui-se dos demais resultados

que a não realização do sujeito de primeira pessoa por um pronome com matriz fonológica não pode ser considerada agramatical.⁶

Na parte II do questionário, apenas dois participantes fizeram alterações relativas ao sujeito pronominal na simulação de diálogo — reproduzida abaixo —, ambas relativas ao sujeito nulo de 3ª pessoa, com referente de 3ª pessoa (*seu irmão*). Um participante de 18 anos sugeriu a inserção de *Ele* na pergunta *Vai demorar?*, e outro participante, de 41 anos, sugeriu a troca de *Disse que vai primeiro levar a Patrícia na casa dela* por *Disse que ele vai levar a Patrícia primeiro na casa dela*. Não houve proposta de alteração relativa ao sujeito na parte III – também reproduzida abaixo.

PARTE II

Mãe: Carol, já chegou em casa?

Filha: Ainda não. Acabei de descer do ônibus.

Mãe: Fez o que te pedi?

Filha: Fui lá, mas a fila tava enorme. Disseram que é melhor esperar uns dias.

Mãe: E seu irmão? Cadê?

Filha: Vai chegar mais tarde. Disse que vai primeiro levar a Patrícia na casa dela.

Mãe: Vai demorar?

Filha: Não sei. Já cheguei em casa. Você vai chegar que horas?

Mãe: Lá pelas 10h. Tenho de terminar de arrumar as coisas pra reunião de amanhã.

Filha: Tô morrendo de fome e ainda nem sei se consigo comer depois de passar tão mal como passei hoje.

Mãe: Tenta uma coisa leve. Qualquer coisa, me liga.

Filha: Tá. Tchau.

Mãe: Tchau. Beijo.

⁶O resultado relativo às sentenças (3) e (4) não será considerado neste trabalho pelo fato de essas sentenças terem sujeito de 3ª pessoa, que não é o foco da discussão aqui apresentada, mas pode indicar, de modo interessante, que a aceitação agramaticalidade desse tipo de sentença pode decorrer, não de aspectos sintáticos, mas é causada pela ausência de um antecedente, ou seja, deve-se a aspectos do componente interpretativo. Os resultados do julgamento das sentenças de (11) a (18) também não serão apresentados por ter havido um erro na numeração que impede a comparação adequada dos julgamentos dos quatro falantes.

PARTE III

Vou visitar amigos nos EUA e gostaria de saber como proceder para não ser deportada.

Pretendo fazer uma viagem de férias para os EUA em março de 2009. Vou visitar amigos em Ithaca (a 04 horas de NY). Tenho visto mas temo ser deportada porque pretendo entrar pelo aeroporto de Ithaca. Amigos me sugeriram entrar por NY com comprovante de pagamento de hotel em NY. Mas ficaria muito caro e impossibilitaria minha viagem. O que devo fazer? Será mesmo que posso ser deportada por não ter reserva de hotel e entrar por Ithaca?

Os resultados da aplicação do teste de gramaticalidade apontam para a gramaticalidade do sujeito nulo de 1ª pessoa no PB. Entretanto, dados os resultados relativos às sentenças (2), (6) e (8), é necessário ressaltar, como limitação do teste aplicado, o fato de não ser possível apontar qual propriedade, de fato, tem papel decisivo na degradação (de 1 para 2) da gramaticalidade das sentenças apresentadas aos respondentes. Essa limitação fez que, com dois dos participantes – o de 41 anos e um de 18 anos –, fosse feita uma espécie de entrevista, na qual apenas o respondente de 18 anos apontou julgamento relevante para esta pesquisa, uma vez que deixou explícito que na presença do *que* (em suas palavras), o *que* corresponde a contextos de subordinação completiva, o sujeito nulo soava mais estranho, mas, ainda assim, gramatical. Essa intuição aponta para uma assimetria entre matriz e subordinada (completiva). Essa assimetria, contudo, não é tão acentuada como apontam as autoras Figueiredo-Silva (1996) e Rodrigues (2004) e pode estar relacionada a outros fatores, como, por exemplo, a alguma propriedade relacionada ao próprio *que* ou à posição por ele ocupada no PB, uma vez que falantes apontam diferença de julgamento em relação aos exemplos em (3a) e (3b), abaixo.

- (3) a. O que fiz contra você?
b. *? O que que fiz contra você? (vs. O que que eu fiz contra você?)

Os resultados relativos aos julgamentos de gramaticalidade dos dados constantes no questionário mostram que o sujeito nulo de 1ª pessoa (singular) faz parte do conhecimento linguístico internalizado de falantes do PB, o que significa que o *input* recebido durante a aquisição dessa língua por falantes nativos contém estímulos suficientes para explicar o estado da língua interna dos falantes consultados (ainda que a frequência de ocorrência dos sujeitos foneticamente nulos seja mais baixa do que o esperado em uma língua de sujeito nulo). Pode haver, evidentemente, diferenças dialetais quanto à realização/atribuição

de estatuto de gramaticalidade aos sujeitos nulos de 1ª pessoa do PB, uma vez que os participantes da pesquisa são todos do Distrito Federal. O que não parece possível é, por meio de uma generalização, decretar a inexistência desse tipo de sujeito nessa língua.

Para aqueles interessados em discutir o papel da escolarização como interferência no julgamento do tipo de dado aqui apresentado, pode ser interessante aplicar, em um mesmo questionário ou em testes distintos, um teste de gramaticalidade relativo ao licenciamento dos clíticos no PB, tópico sobre o qual há consenso no sentido de se considerar que esses elementos são aprendidos apenas após um processo formal de escolarização.

De uma maneira geral, a constatação de que o sujeito nulo de 1ª pessoa compõe o conhecimento linguístico internalizado de falantes do PB não elimina — muito pelo contrário — a necessidade de mais pesquisa sobre o assunto, uma vez que questões de grande relevância permanecem, ainda, sem tratamento adequado na literatura gramatical brasileira. Uma dessas questões refere-se ao papel da presença do *que* na oração e sua relação com a degradação da gramaticalidade do sujeito nulo para alguns falantes. Outra questão, que merece um tratamento translinguístico e que pode estar relacionada aos achados de Duarte, refere-se à ausência de contraste entre o sujeito nulo e ao sujeito realizado no PB, contraste esse descrito para o italiano, por exemplo, em que a presença do pronome parece relacionar-se a uma interpretação marcada, de ênfase. No PB, o sujeito nulo e o preenchido (de 1ª pessoa) estariam em variação livre.

Essa variação livre poderia ser explicada, do ponto de vista da arquitetura da gramática, por uma versão da proposta de que o PB é uma língua de tópico. Adotando-se uma proposta como a de Manzini & Savoia (2007, 2008), que consideram que todos os sujeitos lexicais em línguas de sujeito nulo são tópicos e que o sujeito, nessas línguas, é realizado pela morfologia de número-pessoa, é possível supor que a ausência de interpretação de ênfase no PB, deve-se ao fato de que nessa língua o tópico é não marcado. Assim, a diferença entre o PB e o italiano no que se refere ao sujeito nulo de 1ª pessoa é o fato de o tópico não estar associado à interpretação de ênfase no PB, o que explica a utilização do sujeito nulo e do sujeito pronominal nos mesmos contextos e, possivelmente, a maior frequência de uso do sujeito pronominal.⁷

⁷Para uma análise a respeito do sujeito nulo de 3ª pessoa em uma abordagem como a de Manzini & Savoia, ver Rabelo (2010).

Referências bibliográficas

- COLLINS, C. et al. Imposters: an online survey of grammaticality judgments. In: *NYU Working Papers in Linguistics*, vol.2, 2009.
- DUARTE, M. E. The loss of the ‘avoid pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In: *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. KATO, M. & NEGRÃO, E. (Eds.). Frankfurt: Vervuert, 2000.
- FIGUEIREDO-SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- MANZINI, M. R. & SAVOIA, L. *A unification of morphology and syntax*. London: Routledge, 2007.
- MANZINI, M. R. & SAVOIA, L. *Work notes on Romance morphosyntax*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2008.
- MODESTO, M. Null subjects without “rich” agreement. In: *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. KATO, M. & NEGRÃO, E. Frankfurt: Vervuert, 2000.
- NEGRÃO, Esmeralda, E. (Eds.). *Anaphora in Brazilian Portuguese complement structures*. Tese de Doutorado. Universidade de Wisconsin-Madison, 1986.
- RABELO, P. *Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2010.
- RODRIGUES, C. *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. Tese de doutorado. Universidade de Maryland, College Park, 2004.

Squib recebido no dia 10 de junho de 2015.

Squib aprovado para publicação no dia 13 de julho de 2015.